

Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social (Plano Previdencial)

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Páginas
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022	19

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos:

Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras da
Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social
(Plano Previdencial)
Rio de Janeiro – RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 43) em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

Base para opinião com ressalva

Gestão Assistencial

Conforme nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis referentes ao segmento de Gestão Assistencial, constituída por planos de assistência médica registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, são elaboradas à parte de acordo com as normas específicas para o setor de saúde, sendo nestas demonstrações contábeis apresentados os valores consolidados de ativo, passivo e a variação patrimonial. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possui registrado no Plano de Assistência à Saúde os montantes de R\$ 305.984 mil em total de ativos, R\$ 158.617 mil de patrimônio social e apurou um déficit R\$ 42.588 mil neste exercício.

Até a data da emissão de nosso relatório não nos foi possível obter evidências de auditoria suficientes e apropriadas que corroborassem os valores apresentados no ativo, passivo, patrimônio social e resultado do exercício, bem como não foi possível realizar outros procedimentos de auditoria persuasivos sobre os montantes registrados. Desta forma, não nos foi possível determinar eventuais ajustes e impactos dessa limitação sobre os saldos apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado e Mutações Patrimoniais Consolidadas da Entidade.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Déficit Acumulado - Resultado do plano CD

Chamamos atenção a nota explicativa nº 16.3, a Entidade apurou um déficit técnico acumulado de R\$ 48.311 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O Déficit Técnico Acumulado no exercício é superior ao limite de déficit calculado conforme Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018, portanto, é necessário a elaboração de um plano para equacionamento de R\$ 34.640 mil milhões pelo prazo máximo de 14,5 anos. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Mandado de Segurança PIS/COFINS

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 16.5, de que a Real Grandeza, em junho de 2006, impetrou Mandado de Segurança nº 2006.51.01.018633-5 objetivando o reconhecimento do seu direito de não se sujeitar ao recolhimento do PIS e da COFINS, nos moldes estipulados pelo artigo 3º da Lei nº 9.718/98, obtendo sentença e acórdão em sentido favorável. Com o entendimento jurídico, à época, amplamente favorável e com base em parecer dos patronos da ação, a Real Grandeza reverteu às provisões contábeis referentes ao PIS e COFINS em setembro de 2009. No entanto, em 17/01/2017 foi publicado acórdão da 4ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região, alterando totalmente o resultado da ação, e agora firmando posição em sentido desfavorável à Entidade, imputando-lhe sujeição passiva quanto às contribuições em comento. Diante disso, os patronos da ação recomendaram a realização da provisão e do depósito judicial dos valores das contribuições do PIS/COFINS apuradas nas competências de março de 2007 a dezembro de 2014, e sob o aspecto jurídico e processual a ação em questão continua em trâmite no poder judiciário, sendo certo que ainda será apreciado pelo Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário interposto. Tendo em vista que estes valores fariam parte das despesas administrativas caso fossem recolhidos ou provisionados nas devidas competências, a Real Grandeza buscou estabelecer tratativas com Furnas e Eletronuclear visando o reembolso destes valores. Existia ainda outra tratativa de revisão dos convênios pleiteando a reposição dos valores recolhidos de PIS/COFINS a partir da celebração dos referidos convênios, sendo com Furnas a partir de maio de 2015 e com a Eletronuclear a partir de janeiro de 2016. No entanto, não houve conclusão das tratativas e a entidade ajuizou a questão buscando assim o seu direito ao ressarcimento. As ações movidas em face das Patrocinadoras foram julgadas improcedentes em primeira instância, a Real Grandeza apresentou apelação contra ambas as sentenças. No julgamento do Recurso de Apelação obtivemos êxito em nosso pleito, anular a sentença que havia sido proferida anteriormente e determinar a realização da prova pericial requerida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o processo não sofreu alterações. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Ações Judiciais Reflexo

Conforme nota explicativa n 16.6, estão ajuizadas, por diversos assistidos da Fundação, ações judiciais contra a patrocinadora Furnas e/ou a Real Grandeza, já cientificadas pela Real Grandeza à patrocinadora Furnas, cujos desfechos geram reflexos nas complementações de suas aposentadorias.

A responsabilidade da Real Grandeza e de Furnas é delimitada em função das determinações constantes das respectivas decisões judiciais. Relativamente às condenações que majoram o benefício complementar, há possibilidade jurídica de a Real Grandeza discutir em regresso a responsabilidade da referida patrocinadora pelos impactos das reservas decorrentes de tais condenações, caso não tenha havido a condenação da patrocinadora nesse sentido.

A Real Grandeza após uma análise das referidas ações, acionou juridicamente Furnas objetivando o ressarcimento de R\$ 86.971 mil, referentes as diferenças de reservas matemáticas e passivo financeiro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as referidas ações/processos não sofreram alterações. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram o relatório de auditoria em 09 de março de 2022, sem modificação e com parágrafo de ênfase sobre mandado de segurança PIS/COFINS, Ações Judiciais Reflexa e Déficit acumulado – Resultado no Plano CD.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

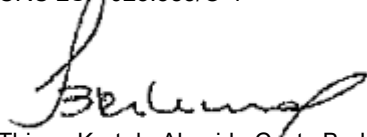
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer

Contador CRC 1SP-260.164/O-4

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.22	31.12.21
DISPONÍVEL	4	264	721
REALIZÁVEL		18.077.625	17.680.815
Gestão Previdencial	5	123.047	109.900
Gestão Administrativa	6	32.304	28.287
Investimentos	7	17.922.274	17.542.628
Títulos Públicos		707	-
Ativo Financeiro de Crédito Privado		68.984	62.975
Fundos de Investimentos		17.144.619	16.755.407
Investimentos em Imóveis		416.864	486.387
Operações com Participantes		186.941	235.236
Depósitos Judiciais/Recursais		2.623	2.623
Recursos a Receber - Precatórios		101.536	-
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL		1.820	2.253
Imobilizado		1.158	1.496
Intangível		662	757
GESTÃO ASSISTENCIAL	8	305.984	290.057
TOTAL DO ATIVO		18.385.693	17.973.846

As notas explicativas da Administração integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.22	31.12.21
EXIGÍVEL OPERACIONAL		81.464	70.440
Gestão Previdencial	9.1	58.865	54.366
Gestão Administrativa	9.2	22.128	15.720
Investimentos	9.3	471	354
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		88.404	76.770
Gestão Previdencial	10.1	64.774	52.901
Gestão Administrativa	10.2	21.552	21.654
Investimentos	10.3	2.078	2.215
PATRIMÔNIO SOCIAL		17.909.841	17.536.579
Patrimônio de Cobertura do Plano		17.661.734	17.306.954
Provisões Matemáticas	11.1	19.021.798	18.603.099
Benefícios Concedidos		16.010.231	15.817.932
Benefícios a Conceder		3.013.782	2.789.173
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(2.215)	(4.006)
Equilíbrio Técnico		(1.360.064)	(1.296.145)
Resultados Realizados		(1.360.064)	(1.296.145)
(-)Deficit Técnico Acumulado		(1.360.064)	(1.296.145)
Fundos	11.3	248.107	229.625
Fundos Administrativos		95.585	88.360
Fundos p/Garantia das Oper. c/ Participantes		152.522	141.265
GESTÃO ASSISTENCIAL	12	305.984	290.057
TOTAL DO PASSIVO		18.385.693	17.973.846

As notas explicativas da Administração integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		
	31.12.22	31.12.21	Var %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	17.536.579	18.313.736	-4,24%
1. Adições	1.878.954	607.656	209,21%
Contribuições Previdenciais	184.358	140.119	31,57%
Portabilidade	369	89	314,61%
Outras Adições Previdenciais	193	101	91,09%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.569.650	361.118	334,66%
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	4.518	-100,00%
Receitas Administrativas	105.522	98.125	7,54%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	7.504	-	100,00%
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	101	-	100,00%
Constituição de Fundos p/Garantia das Operações com Participantes	11.257	3.586	213,92%
2. Deduções	(1.505.692)	(1.384.813)	8,73%
Benefícios	(1.386.128)	(1.282.202)	8,11%
Resgates	(1.789)	(582)	207,39%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(11.873)	-	100,00%
Despesas Administrativas	(105.902)	(100.452)	5,43%
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	(1.541)	-100,00%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(36)	-100,00%
3. Acréscimos/Decréscimos no Patrimônio Social (1+2)	373.262	(777.157)	-148,03%
Provisões Matemáticas	418.699	580.459	-27,87%
Deficit Técnico do Exercício	(63.919)	(1.357.297)	-95,29%
Fundos Administrativos	7.225	(3.904)	-285,07%
Fundos p/Garantia das Operações com Participantes	11.257	3.585	214,00%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício	17.909.841	17.536.579	2,13%
Gestão Assistencial	(42.588)	7.309	-682,68%
Receitas Assistenciais	362.125	406.094	-10,83%
Despesas Assistenciais	(404.713)	(398.785)	1,49%

As notas explicativas da Administração integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Var %
	31.12.22	31.12.21	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	88.360	92.264	-4,23%
1. Custeio da Gestão Administrativa	113.026	98.125	15,19%
1.1 Receitas	113.026	98.125	15,19%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	47.224	44.209	6,82%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	651	718	-9,33%
Reembolso da Gestão Assistencial	54.712	52.689	3,84%
Outras Receitas	2.935	509	476,62%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	7.504	-	100,00%
2. Despesas Administrativas	(105.902)	(100.452)	5,43%
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	(50.966)	(47.736)	6,77%
Pessoal e Encargos	(31.464)	(31.834)	-1,16%
Treinamentos/Congressos e Seminários	(204)	(206)	-0,97%
Viagens e Estádias	(31)	(1)	3000,00%
Serviços de Terceiros	(11.798)	(9.540)	23,67%
Despesas Gerais	(3.090)	(2.418)	27,79%
Depreciações e Amortizações	(243)	(250)	-2,80%
Tributos	(4.136)	(3.487)	18,61%
2.2 Administração da Gestão Assistencial - Despesas e Constituição/Reversão de Contingências	(54.712)	(52.689)	3,84%
2.3 Fomento	(224)	(27)	729,63%
3. Reversão/Constituição de Contingências Administrativas	101	(36)	-380,56%
4. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	(1.541)	-100,00%
5. Sobre/ Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4)	7.225	(3.904)	-285,07%
6. Constituição/ Reversão do Fundo Administrativo (5)	7.225	(3.904)	-285,07%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+6)	95.585	88.360	8,18%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		
	31.12.22	31.12.21	Var %
1. Ativos	15.925.917	15.762.036	1,04%
Disponível	127	103	23,30%
Recebíveis Previdencial	169.061	162.932	3,76%
Investimentos	15.756.729	15.599.001	1,01%
Ativo Financeiros de Crédito Privados	68.984	62.975	9,54%
Fundos de Investimentos	15.015.098	14.859.475	1,05%
Investimentos em Imóveis	416.864	486.511	-14,32%
Operações com Participantes	151.624	187.417	-19,10%
Depósitos Judiciais/Recurais	2.623	2.623	0,00%
Recursos a Receber - Precatórios	101.536	-	
2. Obrigações	134.627	114.611	17,46%
Operacional	67.775	59.495	13,92%
Contingencial	66.852	55.116	21,29%
3. Fundos não Previdenciais	219.511	201.605	8,88%
Fundos Administrativos	74.091	66.811	10,90%
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	145.420	134.794	7,88%
4. Ativo Líquido (1-2-3)	15.571.779	15.445.820	0,82%
Provisões Matemáticas	16.883.532	16.686.069	1,18%
Deficit Técnico Acumulado	(1.311.753)	(1.240.249)	5,77%
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(1.311.753)	(1.240.249)	5,77%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	903.465	761.864	18,59%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado	(408.288)	(478.385)	-14,65%

As notas explicativas da Administração integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Var %
	31.12.22	31.12.21	
A) Ativo Líquido - início do exercício	15.445.820	16.175.839	-4,51%
1. Adições	1.517.201	547.966	176,88%
Contribuições	102.439	81.256	26,07%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.414.629	462.091	206,14%
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	4.518	-100,00%
Outras Adições	133	101	31,68%
2. Deduções	(1.391.242)	(1.277.985)	8,86%
Benefícios	(1.339.420)	(1.239.457)	8,07%
Resgates	(244)	(255)	-4,31%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(11.873)	-	100,00%
Custeio Administrativo	(39.705)	(38.273)	3,74%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	125.959	(730.019)	-117,25%
Provisões Matemáticas	197.463	586.514	-66,33%
Deficit Técnico do Exercício	(71.504)	(1.316.533)	-94,57%
B) Ativo Líquido - final do exercício	15.571.779	15.445.820	0,82%
C) Fundos não previdenciais	219.511	201.605	8,88%
Fundos Administrativos	74.091	66.811	10,90%
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	145.420	134.794	7,88%

As notas explicativas da Administração integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO BD

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Var %
	31.12.22	31.12.21	
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	15.851.826	15.695.225	1,00%
1. Provisões Matemáticas	16.883.532	16.686.069	1,18%
1.1. Benefícios Concedidos	15.661.207	15.464.963	1,27%
Benefício Definido	15.661.207	15.464.963	1,27%
1.2. Benefício a Conceder	1.222.325	1.221.106	0,10%
Benefício Definido	1.222.325	1.221.106	0,10%
2. Equilíbrio Técnico	(1.311.753)	(1.240.249)	5,77%
2.1. Resultados Realizados	(1.311.753)	(1.240.249)	5,77%
(-) Deficit técnico acumulado	(1.311.753)	(1.240.249)	5,77%
3. Fundos	145.420	134.794	7,88%
3.1 Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	145.420	134.794	7,88%
4. Exigível Operacional	67.775	59.495	13,92%
4.1 Gestão Previdencial	67.289	59.103	13,85%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	486	392	23,98%
5. Exigível Contingencial	66.852	55.116	21,29%
5.1 Gestão Previdencial	64.774	52.901	22,44%
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	2.078	2.215	-6,19%

As notas explicativas da Administração integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CD

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Var %
	31.12.22	31.12.21	
1. Ativos	2.118.915	1.889.554	12,14%
Disponível	68	68	0,00%
Recebíveis Previdencial	48.817	34.178	42,83%
Investimentos	2.070.030	1.855.308	11,57%
Fundos de Investimentos	2.034.713	1.807.488	12,57%
Operações com Participantes	35.317	47.820	-26,15%
2. Obrigações	2.141	1.567	36,63%
Operacional	2.141	1.567	36,63%
3. Fundos não Previdenciais	27.558	26.853	2,63%
Fundos Administrativos	20.456	20.382	0,36%
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	7.102	6.471	9,75%
4. Ativo Líquido (1-2-3)	2.089.216	1.861.134	12,26%
Provisões Matemáticas	2.137.527	1.917.030	11,50%
Deficit Técnico Acumulado	(48.311)	(55.896)	-13,57%

As notas explicativas da Administração integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CD

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Var %
	31.12.22	31.12.21	
Ativo Líquido - início do exercício	1.861.134	1.907.954	-2,45%
1. Adições	283.854	103.161	175,16%
Contribuições	128.849	103.072	25,01%
Portabilidade	-	89	-100,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	155.005	-	100,00%
2. Deduções	(55.772)	(149.981)	-62,81%
Benefícios	(46.708)	(42.745)	9,27%
Resgate	(820)	(327)	150,76%
Portabilidade	(725)	-	100,00%
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(100.974)	-100,00%
Custeio Administrativo	(7.519)	(5.935)	26,69%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	228.082	(46.820)	-587,15%
Provisões Matemáticas	220.497	(6.055)	-3741,57%
Superavit / Decifit Técnico do Exercício	7.585	(40.765)	-118,61%
B) Ativo Líquido - final do exercício	2.089.216	1.861.134	12,26%
C) Fundos não previdenciais	27.558	26.853	2,63%
Fundos Administrativos	20.456	20.382	0,36%
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	7.102	6.471	9,75%

As notas explicativas da Administração integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO CD

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Var %
	31.12.22	31.12.21	
PROVISÕES TÉCNICAS	2.098.458	1.869.172	12,27%
1. Provisões Matemáticas	2.137.526	1.917.030	11,50%
1.1. Benefícios Concedidos	349.024	352.969	-1,12%
Contribuição Definida	137.221	139.228	-1,44%
Benefício Definido	211.803	213.741	-0,91%
1.2. Benefício a Conceder	1.790.718	1.568.067	14,20%
Contribuição Definida	1.759.119	1.536.449	14,49%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	774.106	675.726	14,56%
Saldo de contas - parcela participantes	985.013	860.723	14,44%
Benefício Definido	31.599	31.618	-0,06%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(2.216)	(4.006)	-44,68%
(-) Deficit equacionado	(12.673)	(22.830)	-44,49%
(-) Patrocinadores	-	(11.327)	-100,00%
(-) Participantes	(12.348)	(11.208)	10,17%
(-) Assistidos	(325)	(295)	10,17%
(+) Por ajustes das Contribuições Extraordinárias	10.457	18.824	-44,45%
(+) Patrocinadores	-	9.332	-100,00%
(+) Participantes	10.352	9.396	10,17%
(+) Assistidos	105	96	9,38%
2. Equilíbrio Técnico	(48.311)	(55.896)	-13,57%
2.1. Resultados Realizados	(48.311)	(55.896)	-13,57%
(-) Deficit técnico acumulado	(48.311)	(55.896)	-13,57%
3. Fundos	7.102	6.471	9,75%
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	7.102	6.471	9,75%
4. Exigível Operacional	2.141	1.567	36,63%
4.1 Gestão Previdencial	2.108	1.547	36,26%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	33	20	65,00%

As notas explicativas da Administração integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO FRGPrev

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Var %
	31.12.22	31.12.21	
1. Ativos	739	-	100,00%
Disponível	31	-	100,00%
Recebíveis Previdencial	1	-	100,00%
Investimentos	707	-	100,00%
Títulos Públicos	707	-	
2. Ativo Líquido	739	-	100,00%
Provisões Matemáticas	739	-	100,00%

As notas explicativas da Administração integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO FRGPrev

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Var %
	31.12.22	31.12.21	
A) Ativo Líquido - início do exercício	-	-	100,00%
1. Adições	739	-	100,00%
Contribuições	354	-	100,00%
Portabilidade	369	-	100,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	16	-	100,00%
2. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido	739	-	100,00%
Provisões Matemáticas	739	-	100,00%
B) Ativo Líquido - final do exercício	739	-	100,00%

As notas explicativas da Administração integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO FRGPrev

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Var %
	31.12.22	31.12.21	
PROVISÕES TÉCNICAS	739	-	100,00%
1. Provisões Matemáticas	739	-	100,00%
1.2. Benefício a Conceder	739	-	100,00%
Contribuição Definida	739	-	100,00%
Saldo de contas - parcela participantes	739	-	100,00%

As notas explicativas da Administração integram as Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social é uma entidade fechada de previdência complementar, restrita aos empregados, inclusive aos em cargos de direção das suas patrocinadoras Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear e da própria Real Grandeza.

A Fundação não possui fins lucrativos e tem por objetivo conceder e manter os benefícios de aposentadoria, pensão e pecúlio a que têm direito os seus participantes e assistidos, bem como seus beneficiários e dependentes, conforme previsto nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, sob sua administração.

Os recursos de que a Fundação dispõe para honrar seus compromissos regulamentares são oriundos das contribuições das patrocinadoras, dos participantes, inclusive assistidos, e dos rendimentos obtidos com aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN.

A Real Grandeza administra três planos de benefícios previdenciários, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios com as seguintes denominações:

- Plano de Benefício Definido (BD) – CNPB 19710001-83 estruturado na modalidade de benefício definido, instituído desde a sua criação, e que se encontra fechado para novos participantes desde 07 de julho de 2005, por determinação do Conselho Deliberativo através da RC nº003/59, mas sem considerá-lo saldado.
- Plano de Contribuição Definida (CD) – CNPB 20020003-11 estruturado na modalidade de contribuição variável, o qual foi aprovado à época pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), por meio do Ofício nº 406/SPC/CGAJ, em 20 de março de 2002.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 9 de abril de 2003, a então Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida, o que possibilitou a adesão ao referido plano, a partir de 1º de maio de 2003, dos empregados do quadro próprio da Fundação.

- Plano FRGPrev -CNPB 20220006-92 estruturado na modalidade de contribuição definida, o qual foi aprovado pela Superintendência de Previdência Complementar -Previc por meio da Portaria nº 122, de 03/02/2022, onde também, foi aprovado de Termo de Adesão da Real Grandeza como patrocinadora. O Sindicato dos Corretores de Imóveis do Município do Rio de Janeiro – Sindimóveis Rio também e instituidor deste plano,

Participantes e Patrocinadoras

	PLANO BD	PLANO CD	FRGPrev
<u>Participantes</u>			
Ativos	633	2.459	143
Assistidos	6.648	488	-
Pensionistas	2.077	76	-
AutoPatrocinado	3	18	-
Benef. Proporcional Diferido	38	38	-
Total	9.399	3.079	143
<u>Patrocinador/Instituidor</u>	Furnas Eletronuclear	Furnas Real Grandeza	Real Grandeza Sindimóveis Rio

Real Grandeza sendo uma entidade fechada de previdência complementar constituída antes da Lei Complementar nº109, conforme autorização concedida pelo art. Nº 76, manteve a atividade de assistência à saúde para atender a seus participantes assistidos, ativos e seus familiares, bem como as suas patrocinadoras.

A entidade está autorizada a exercer atividade de saúde pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o registro nº 331317, e os seus planos de saúde estão devidamente registrados na agência reguladora.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas na Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, e nas Resoluções Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, com destaque para a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa em virtude do ciclo operacional de longo prazo da sua atividade.

A estrutura da planificação contábil tem por objetivo segregar as atividades exercidas pela Fundação, visando à autonomia patrimonial entre os planos, abrangendo as contas patrimoniais e de resultados em gestão previdencial, administrativa e assistencial, além do fluxo dos investimentos, este, comum às gestões previdencial e administrativa.

As demonstrações contábeis referentes ao segmento de gestão assistencial, constituída por planos de assistência médica registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, são elaboradas à parte de acordo com as normas específicas para o setor de saúde, sendo nestas demonstrações contábeis apresentados os valores consolidados de ativo, passivo e a variação patrimonial.

A moeda funcional e de apresentação é o Real (R\$). Essa é a moeda do ambiente econômico em que a Real Grandeza atua.

As Demonstrações Contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Entidade em 29 de março de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do Resultado

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimento, bem como as variações patrimoniais da gestão assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b. Investimentos

b.1. Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

As aplicações em renda fixa são registradas ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, para os títulos que a Real Grandeza pretende manter até o vencimento, ou pelo valor de mercado obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação para títulos classificados para negociação. Os ágios e deságios ocorridos na aquisição desses títulos são apropriados mensalmente pelo método exponencial à despesa ou receita *pro rata* dia, pelo prazo que decorrer da aquisição até o vencimento do título. Estão classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - Todos os títulos e valores mobiliários que compõem a categoria de títulos dos planos de benefícios, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, e devem ser ajustados pelo valor de mercado, ressalvado o disposto no item (ii).

(ii) Títulos mantidos até o vencimento – Permitido para os títulos públicos federais quando o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos, quando compõem a carteira de títulos em planos de benefícios, na modalidade de benefício definido, e de planos de benefícios de contribuição variável e contribuição definida exclusivamente na fase de constituição e manutenção de benefícios que utilizem hipóteses atuariais. Desde que haja capacidade financeira e intenção em mantê-los na carteira até o vencimento.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, conforme indica a Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, alterada pela Instrução Previc nº 44 de 23/09/21, utilizamos os critérios definidos na Deliberação CVM nº 699, de 20/12/2012, que estabelece três níveis de hierarquia para mensuração do valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos a que a Entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2 – Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3 – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

b.2. Ações

As ações de companhias abertas são registradas pelo custo de aquisição acrescido de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.

As ações que não tenham sido negociadas por período superior a 6 (seis) meses são avaliadas pelo custo ou pelo último valor patrimonial publicado, dos dois o menor.

b.3. Fundos de Investimentos

Registrados pelo valor efetivo na aquisição de cotas, e de eventuais pagamentos de taxas e emolumentos. Os montantes são representados pelo valor unitário das cotas, mensalmente até o encerramento do exercício.

b.4. Investimentos Imobiliários

Reconhecidos pelo valor de custo de aquisição ou construção e ajustados anualmente a valor de mercado por reavaliações conforme normativo do órgão regulador.

O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contra partida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

Os investimentos imobiliários não são mais depreciados, em virtude da reavaliação anual.

b.5. Operações com Participantes

São operações de empréstimos concedidos aos participantes e estão registrados pelo valor atualizado conforme previsto nos regulamentos, *pro rata* dia até a data de fechamento das Demonstrações Contábeis. Estas operações estão sujeitas à provisão para perdas.

b.6. Valores a Receber – Precatórios

Foram obtidos após acordo judicial firmado entre a Abrapp e a União, homologado em março de 2022 pela justiça federal, após décadas de demanda judicial referente a troca de indexador das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFNDs.

A entidade foi obrigada a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs, o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987. Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional - OTNs. Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC. No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFNDs passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional - BTNs.

A Real Grandeza não tem a intenção de negociar o referido precatório, e está avaliando métricas para precificação a valor justo, desta forma, o em 31 de dezembro de 2022, este ativo está registrado pelo valor de emissão.

b.7. Provisões para Perdas de Investimentos e Créditos Duvidosos

A provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foi constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Art. 19, da Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, adotando os seguintes percentuais:

- provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

Especificamente para os empréstimos aos participantes com três prestações em atraso consecutivas ou não e com contrato rescindido, a provisão para perdas é constituída em 100% dos valores vencidos e a vencer, uma vez que está previsto no regulamento a suspensão do empréstimo e a execução imediata da dívida.

c. Imobilizado e Intangível

O imobilizado e o Intangível estão contabilizados no Plano de Gestão Administrativa. O imobilizado é depreciado pelo método linear, de acordo com a estimativa de vida útil econômica do bem. Para instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, é adotada a taxa de 10% ao ano, e para equipamentos de informática é aplicada a taxa de 20% ao ano.

O intangível é constituído por softwares e são registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A taxa de amortização é de 10% ao ano.

d. Provisões de férias e 13º salário, e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias (um terço), e 13º Salário são apropriados no Plano de Gestão Administrativa (PGA), acrescido dos encargos sociais, conforme regime de competência.

e. Ativos e Passivos Contingentes

• **Ativos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

• **Passivos contingentes**

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

• **Obrigações legais**

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

f. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são apuradas por meio de cálculos atuariais realizados por consultoria atuarial externa, revisados pela Gerência de Estatística e Atuária da Real Grandeza. As hipóteses e premissas atuariais são aprovadas pelo Conselho Deliberativo e pelas patrocinadoras, quando lhe for pertinente.

Representam o valor presente dos benefícios futuros líquidos do plano e apresentam-se divididas como a seguir:

- Benefícios concedidos – totalizam o valor atual dos benefícios a serem pagos pela Real Grandeza aos seus filiados, já em gozo de benefícios, abatido das respectivas contribuições futuras;
- Benefícios a conceder – registram o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, abatido do valor atual das respectivas contribuições futuras; e
- Provisões Matemáticas a Constituir – corresponde ao valor atual das contribuições dos participantes, assistidos e patrocinadoras, a serem constituídas para cobertura de déficit técnico.

g. Fundos

- **Administrativo** – formado pelo resultado entre receitas e despesas administrativas, acrescido ou deduzido do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências.
- **Administrativo Compartilhado** – constituído com aporte específico autorizado pelo Conselho Deliberativo com o objetivo de fomentar a constituição de novo plano de Benefícios Previdenciários, sendo a despesas relativas ao fomento controladas à parte das demais despesas administrativas da entidade.
- **Fundos para Garantia de Operações com Participantes** – formado por meio de uma contribuição mensal sobre o saldo devedor do empréstimo pessoal, acrescido ou deduzido do fluxo dos investimentos.

h. Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões matemáticas; as provisões com demandas judiciais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

i. Plano de Gestão Administrativa

As operações administrativas são reconhecidas no PGA atendo a legislação vigente e possui patrimônio segregado dos Planos de Benefícios Previdenciais.

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelos Planos de Benefícios administrados pela Fundação, foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos, Diretas e do Assistencial), deduzidas das despesas da administração previdencial e do assistencial, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

Ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa, no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo registrado no PGA.

j. Ajustes e Eliminações

Os ajustes e eliminações entre "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participação no PGA", "Participação no Fundo Administrativo PGA" e valores a pagar e a receber entre planos necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes são registrados em documentos auxiliares.

4. DISPONÍVEL

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
Caixa	4	4
Bancos	232	707
Vinculado	28	10
Total	264	721

O disponível vinculado representa o valor da cobrança bancária não creditada em conta corrente.

5. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Refere-se a recursos oriundos de contribuições dos participantes, assistidos e autopatrocinados (vinculados contribuintes), e das patrocinadoras, com base nos planos de custeio dos planos de benefícios, e também os depósitos judiciais.

Realizável – gestão previdencial	Plano	Exercício findo em	
		31.12.22	31.12.21
Contribuições do mês	BD/CD	37.491	21.706
Contribuições contratadas		11.209	28.211
Furnas Centrais Elétricas S.A.	BD	2.716	17.462
Eletrobrás Termonuclear S.A.	BD	6.295	10.749
Furnas Centrais Elétricas S.A.	CD	2.198	-
Outros valores a receber	BD/CD	573	458
Depósitos Judiciais	BD	73.774	59.525
Total		123.047	109.900

5.1. Benefício definido

Com base no Parecer Atuarial as contribuições para custeio do plano em 2022 foram definidas conforme as alíquotas abaixo:

- *Participantes e Patrocinadoras*

<u>Parcelas do salário real de contribuição</u>	<u>Taxa (%)</u>
Até a metade do LMSC	1,25
Da metade do LMSC até o LMSC	2,50
Parcela excedente ao LMSC	7,50

LMSC = teto do salário de benefício da Previdência Social

Não houve alteração das alíquotas de contribuição em relação ao plano de custeio apresentado para o exercício de 2021.

- *Assistidos*

<u>Parcelas do salário real de contribuição</u>	<u>Taxa (%)</u>
Até a metade do LMSC	0,42
Da metade do LMSC até o LMSC	0,83
Parcela excedente ao LMSC	2,50

LMSC = teto do salário de benefício da Previdência Social

Não houve alteração das alíquotas de contribuição em relação ao plano de custeio apresentado para o exercício de 2021.

5.2. Contribuição definida

De acordo com o Regulamento aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) por meio da Portaria nº 3.255, de 24 de dezembro de 2009, e pela da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 654, de 27 de agosto de 2010, com vigência a partir de 29 de dezembro de 2009, a Real Grandeza recebe os seguintes percentuais de contribuição de seus participantes e patrocinadoras:

- *Participantes*

Contribuição básica composta pelas seguintes parcelas:

- (a)** Contribuição básica de 2% sobre o salário de contribuição mais percentual adicional, entre 4,5% e 10,0%, sobre a parcela do salário de contribuição excedente a 7 UR (Unidade de Referência);
- (b)** Contribuição voluntária, incidente sobre o salário de contribuição até o limite de 10,0%; e
- (c)** Contribuição esporádica efetuada a qualquer tempo, em valor não inferior a 3 UR (Unidade de Referência), nem superior a cinco vezes o salário de contribuição.

- *Patrocinadoras*

A contribuição das patrocinadoras divide-se em três partes, a saber:

- (a)** Contribuição específica para cobertura dos benefícios de risco, calculada atuarialmente sobre o salário de contribuição (de 0,42% até março de 2021, a partir de abril de 2021 foi de 0,38% e a partir de abril de 2022 para 0,42%); e
- (b)** Contribuição complementar para cobertura das despesas administrativas, calculada sobre a contribuição básica (de 10,86% até março de 2021, e a partir de abril de 2021 para 12,00%); e
- (c)** Contribuição regular, em nome de cada participante, sendo seu valor igual ao da contribuição básica efetuada pelo participante menos as contribuições, específica e complementar efetuidas pela patrocinadora.

A soma das contribuições regular, específica e complementar de patrocinadoras, efetuadas em nome de todos os participantes ativos deste plano, estará, a qualquer tempo, limitada à soma dos percentuais 'a' e 'b', aplicada sobre a folha mensal total do salário de contribuição desses participantes, sendo:

- a) 9,4%; e
- b) Soma, para o período de 12 (doze) meses anteriores ao mês em questão da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das contribuições regular, específica e complementar.

Contribuições extraordinárias

As contribuições extraordinárias visando o equacionamento do déficit de 2014 incidente sobre os ativos e autopatrocinados foram zeradas em 2017, e os participantes assistidos que optaram pelo benefício de renda vitalícia já realizam as contribuições necessárias para cobertura do referido déficit, e a Real Grandeza quitou a parcela referente aos assistidos.

A patrocinadora Furnas aprovou o Plano de Equacionamento de Déficit em dezembro de 2022 sendo o valor registrado no Ativo Previdencial como Contribuições Contratadas. A parcela a ser quitada seus empregados participantes e assistidos será implementada nas folhas de pagamento a partir de abril de 2023.

Valores a Integralizar	
Participantes Furnas	1.996
Assistidos Furnas	219
Total	2.215

5.3. Contribuição contratada

As contribuições contratadas refletem a composição dos valores devidos pelas patrocinadoras à Real Grandeza.

Em 13 de outubro de 2003, as patrocinadoras Furnas e Eletronuclear assinaram termos para a contratação do *déficit* remanescente de 2000, consignado como Provisões Matemáticas a Constituir, no valor de R\$273.123 mil, a preços de novembro de 2001, a serem pagos em 144 parcelas mensais e sucessivas, com juros de 6% ao ano, atualizadas monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com defasagem de um mês, tendo a primeira amortização ocorrida em janeiro de 2004.

Em 01 de outubro de 2012, a patrocinadora, Furnas, em substituição as contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, assinou o contrato de pactuação de obrigação financeira, no montante de R\$61.458 mil para pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$876 mil, a preço de dezembro de 2010, com juros de 6% ao ano e atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Em 31 de dezembro de 2014, foi assinado termo aditivo repactuando o valor original do contrato para R\$44.535 mil, tendo em vista a alteração da data de referência dos valores para dezembro de 2013. As contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidentes sobre a folha de salários, referente ao período de novembro de 2012 a dezembro 2013, foram calculadas e atualizadas monetariamente perfazendo um montante de R\$23.952 mil, e incluídas no saldo do aditamento, alterando assim o compromisso total de Furnas para R\$68.487 mil.

Em 07 de fevereiro de 2013, a Real Grandeza e Eletronuclear assinaram o contrato de pactuação de obrigação financeira, no montante de R\$18.471 mil para pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$263 mil, a preços de dezembro de 2010, com juros de 6% ao ano e atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), em substituição as contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidentes sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados.

Em 10 de novembro de 2014, foi assinado termo aditivo repactuando o valor original do contrato para R\$16.104 mil, tendo em vista a alteração da data de referência dos valores para dezembro de 2013. As contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidentes sobre a folha de salários, referentes ao período de março de 2013 a dezembro 2013, foram calculadas e atualizadas monetariamente perfazendo um montante de R\$5.989 mil, e incluídas no saldo do aditamento, alterando assim o compromisso total da Eletronuclear para R\$22.093 mil.

Na repactuação dos contratos, houve ainda, a mudança da taxa de juros para 5,5% ao ano e do número de parcelas, passando para 109 mensais e sucessivas.

Com a repactuação, os valores repassados pelas patrocinadoras Furnas e Eletronuclear, a título de contribuições eternas de janeiro de 2011 até o mês anterior ao da assinatura dos contratos, passaram a ser devidas, eliminando o crédito inicial e as compensações contra o contrato.

Os valores repassados pela patrocinadora Furnas a título prestações até assinatura do aditamento ao contrato foram atualizados nos moldes do contrato e compensados contra as novas prestações do mesmo período.

Em 29 de novembro de 2022, a patrocinadora Furnas assinou Contrato de Pactuação de Obrigação Financeira para Amortização da Provisão Matemática a Constituir do Plano de Contribuição Definida visando o equacionamento do *déficit* remanescente de 2014 no valor de R\$ 2.226 mil, tendo como data de referência 31 de agosto de 2022, a serem pagos em 24 parcelas mensais e sucessivas, com juros de 3,94% ao ano, atualizadas monetariamente pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) com defasagem de um mês, tendo a primeira amortização ocorrido em 10 de fevereiro de 2023.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Plano de Benefício Definido

Furnas Centrais Elétricas S.A

	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
<i>Contribuição Contratada em 01/10/2012</i>		
Saldo Inicial	17.462	28.671
Parcelas do período	(15.979)	(14.553)
Atualização	1.233	3.344
Saldo Final	2.716	17.462

Eletrobrás Termonuclear S.A.

	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
<i>Contribuição Contratada em 07/02/2013</i>		
Saldo Inicial	10.749	13.893
Parcelas do período	(5.438)	(4.953)
Atualização	984	1.809
Saldo Final	6.295	10.749
Total	9.011	28.211

Plano de Contribuição Definido

Furnas Centrais Elétricas S.A

	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
<i>Contribuição Contratada em 29/11/2022</i>		
Saldo Inicial	2.226	-
Atualização	(28)	-
Saldo Final	2.198	-

6. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Realizável Gestão administrativa	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
CONTAS A RECEBER	10.364	6.610
Responsabilidade de empregados	137	179
Outros recursos a receber	10.227	6.431
Imposto de renda a compensar	4	4
Valores a receber do assistencial	10.205	6.409
Outros Valores a Receber	18	18
DESPESAS ANTECIPADAS	90	1
DEPÓSITOS JUDICIAIS	21.850	21.676
Depósito judicial Ações Trabalhista	423	249
Depósito judicial PIS	2.995	2.995
Depósito judicial Cofins	18.432	18.432
Total	32.304	28.287

Valores a Receber do Assistencial, representa o custo administrativo da Gestão Assistencial a ser repassado ao Plano de Gestão Administrativa.

Os depósitos judiciais PIS e COFINS referem-se ao período de outubro de 2006 a dezembro de 2014, os quais não foram recolhidos com base no Mandado de Segurança nº 2006.51.01.018633-5 onde se objetiva o reconhecimento do direito da entidade de não se sujeitar ao recolhimento das referidas contribuições.

7. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS**7.1 COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

Com o objetivo de aprimorar a governança e os controles internos, a Real Grandeza mantém a maior parte de seus investimentos em fundos de investimentos exclusivos categorizados como multimercado, os quais também são monitorados pela Comissão de Valores Mobiliários, e adota a segregação real dos investimentos.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nas aplicações em cotas de fundo de investimento os títulos componentes deste patrimônio estão classificados em “para negociação”, salvo quando especificado como até o vencimento.

O valor financeiro do patrimônio é representado pelo valor unitário da cota na data do balanço.

Em 31.12.22					
Investimentos	Plano BD	Plano CD	FRGPrev	PGA	Total
Títulos Públicos	-	-	707	-	707
Operações Compromissadas	-	-	707	-	707
Ativos Financeiros de Créditos Privados	68.984	-	-	-	68.984
Certificados de recebíveis imobiliários	68.984	-	-	-	68.984
Fundos de investimento	15.015.098	2.034.713	-	94.808	17.144.619
Ações	638.692	108.568	-	-	747.260
Índice Referenciado em Ações	1.959.802	386.484	-	8.250	2.354.536
Participações	95.745	4.641	-	-	100.386
Multimercado	12.290.426	1.528.565	-	86.558	13.905.549
Imobiliário	30.433	6.455	-	-	36.888
Investimentos imobiliários	416.864	-	-	-	416.864
Edificações de uso próprio	35.000	-	-	-	35.000
Edificações locadas às patrocinadoras	-	-	-	-	0
Edificações locadas a terceiros	380.090	-	-	-	380.090
Alienação de Imóveis a Receber	-	-	-	-	-
Depósito Administrativo IPTU	1.774	-	-	-	1.774
Alugueis a receber	10.638	-	-	-	10.638
(-) Perdas Estimadas sobre Alugueis	(10.638)	-	-	-	(10.638)
Operações com Participantes	151.624	35.317	-	-	186.941
Empréstimos	187.460	58.338	-	-	245.798
(-) Perdas Estimadas sobre Empréstimos	(35.836)	(23.021)	-	-	(58.857)
Depósitos Judiciais	2.623	-	-	-	2.623
Recursos a Receber - Precatórios	101.536	-	-	-	101.536
Total	15.756.729	2.070.030	707	94.808	17.922.274

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 31.12.21				
Investimentos	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Ativos Financeiros de Créditos Privados	62.975	-	-	62.975
Certificados de recebíveis imobiliários	62.975	-	-	62.975
Fundos de investimento	14.859.475	1.807.488	88.443	16.755.406
Ações	690.158	154.522	-	844.680
Índice Referenciado em Ações	704.016	140.638	3.362	848.016
Participações	104.764	5.108	-	109.872
Multimercado	13.326.715	1.500.046	85.081	14.911.842
Imobiliário	33.822	7.174	-	40.996
Investimentos imobiliários	486.511	-	-	486.511
Edificações de uso próprio	27.970	-	-	27.970
Edificações locadas às patrocinadoras	10.500	-	-	10.500
Edificações locadas a terceiros	445.335	-	-	445.335
Alienação de Imóveis a Receber	632	-	-	632
Depósito Administrativo IPTU	1.774	-	-	1.774
Aluguéis a receber	10.938	-	-	10.938
(-) Perdas Estimadas sobre Aluguéis	(10.638)	-	-	(10.638)
Operações com Participantes	187.417	47.820	-	235.237
Empréstimos	219.492	66.140	-	285.632
(-) Perdas Estimadas sobre Empréstimos	(32.075)	(18.320)	-	(50.395)
Depósitos Judiciais	2.623	-	-	2.623
Total	15.599.001	1.855.308	88.443	17.542.752

A diferença de R\$124 mil em relação ao total dos investimentos consolidados refere-se ao aluguel do imóvel de uso próprio que não foi liquidado no final do exercício., sendo ajustado na consolidação dos planos conforme nota explicativa nº 14.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fundos de Investimentos

Fundos de Investimento em Ações	Plano BD		Plano CD	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
FRG FIA Western Asset	-	54.144	-	4.483
FRG FIA SHARP (GAP)	460.006	399.503	48.904	42.472
FRG FIA FT	-	75.750	-	53.889
FRG FIA Claritas	178.686	160.761	59.664	53.678
	638.692	690.158	108.568	154.522

Fundos de Índice Referenciado em Ações	Plano BD		Plano CD	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
ISHARES IBOVESPA FUN	1.492.770	-	183.250	-
IT NOW IBOVESPA ÍNDICE	467.032	-	179.916	-
ETF BR IBOV F ÍNDICE	-	-	23.318	-
	1.959.802	-	386.484	-

Fundos de Investimento em Participações	Plano BD		Plano CD	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP Multiestratégia	25.663	31.440	784	960
DGF Fipac 2 FIP Multiestratégia	7.734	11.886	672	1.034
FIP Multiestratégia Brasil Petróleo 1	4.693	4.170	190	169
Ória Tech 1 Inovação FIP Multiestratégia	42.667	31.018	2.246	1.633
Pátria Real Estate III Private I FIQ FIP	14.988	26.250	749	1.312
	95.745	104.764	4.641	5.108

Fundo Investimento Imobiliário	Plano BD		Plano CD	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
FII Agências Caixa	30.433	33.822	6.455	7.174
	30.433	33.822	6.455	7.174

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fundo de Investimento Multimercado	Em 31.12.22			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Renda Fixa	12.288.027	1.527.983	86.559	13.902.569
Valores a pagar/receber	2.396	581	(2)	2.975
Caixa	3	1	1	5
	12.290.426	1.528.565	86.558	13.905.549

Fundo de Investimento Multimercado	Em 31.12.21			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Renda Fixa	11.916.811	1.310.060	85.088	13.311.959
Renda Variável	1.403.449	189.138	-	1.592.587
Valores a pagar/receber	6.452	847	(8)	7.291
Caixa	3	1	1	5
	13.326.715	1.500.046	85.081	14.911.842

Fundo de Investimento Multimercado	Plano BD		Plano CD	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Renda Fixa				
Notas do Tesouro Nacional - B	7.622.740	5.894.554	607.299	419.865
Notas do Tesouro Nacional - C	3.122.370	3.118.107	32.505	33.161
Notas do Tesouro Nacional - F	126.887	195.967	60.271	81.865
LFT - Operações Compromissadas	964.960	2.262.713	775.685	725.693
Letras Financeiras	419.837	405.836	52.223	49.476
Debêntures não Conversíveis	31.233	39.634		
	12.288.027	11.916.811	1.527.983	1.310.060

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fundo de Investimento Multimercado	Em 31.12.21	
	Plano BD	Plano CD
Renda Variável		
Ações		
ALPARGATASPN N1	14.671	1.977
ASSAI ON NM	48.539	6.542
B3 ON NM	36.298	4.892
BRASILON EJ NM	24.390	3.287
BRDESCOPN EB N1	39.516	5.325
MINERVA ON NM	9.808	1.322
BANCO INTER S.A. UNT N2	13.596	1.832
BRADSPARPN N1	13.213	1.781
CCR RODOVIAS ON NM	6.941	937
CESPPNB* N1	5.686	767
CIELO ON NM	3.215	433
CPFL ENERGIA ON NM	29.544	3.987
CYRELA REALTON NM	8.175	1.102
EQUATORIAL ON N2	40.920	5.559
EZ TEC EMP E PART	10.452	1.409
GERDAUPN N1	39.543	5.300
NOTRE DAME INTERMEDICA PARTICI	43.875	5.913
GERDAU METPN N1	10.028	1.352
HAPVIDA ON	40.203	5.418
HYPERA ON NM	26.321	3.549
ITAUSAPN N1	99.443	13.383
ITAU UNIBANCO PN N1	50.026	6.742
JHSF PART ON	13.523	1.822
UNT N2	32.850	4.426
COMPANHIA DE LOCACAO DAS AMERI	14.400	1.941
LOJAS RENNERNON NM	47.646	6.421
LOCAWEB ON MN	3.827	516
MAGAZ LUIZA ON	6.566	885
MOVI ON NM	19.743	2.665
MARFRIG ON	6.727	998
MULTIPLAN ON N2	6.217	817
NATURA & CO HOLDING S.A. NM	34.834	4.697
PETROBRASPN	189.510	25.424
PET CENTER COMERCIO E PARTI ON	3.462	467
PETRORIO ON NM	50.822	6.847
PORTO SEGURO ON NM	1.844	248
RADL - RAIADROGASIL ON	3.212	433
RANDON PARTPN N1	8.809	1.192
REDE D OR ON NM	3.534	501
LOCALIZA ON NM	25.370	3.419
SUL AMÉRICA	18.607	2.508
SUZANO PAPELON I06 N1	21.718	2.927
TOTVSON ED NM	10.616	1.442
USIMINAS PNA N1	5.344	720
VALE R DOCE ON N1	230.507	31.058
VIBRA ON NM	27.033	3.642
WEGON EJ N1	2.325	313
	1.403.449	189.138

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fundo de Investimento Multimercado	PGA	
	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
Renda Fixa		
Notas do Tesouro Nacional - B	21.788	20.515
Notas do Tesouro Nacional - F	-	18.326
NTN - Operações Compromissadas	64.771	46.247
	86.559	85.088

Fundos de Índice Referenciado em Ações	PGA	
	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
ISHARES IBOVESPA FUN	8.250	-
	8.250	-

7.2 TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

Em atendimento a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, demonstramos a seguir os títulos classificados por categorias, “para negociação” e “mantidos até o vencimento”, detalhados por tipo e prazo.

Plano de Benefício Definido	Em 31.12.22		Em 31.12.21	
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Custo Atualizado	Valor de Mercado
Títulos para negociação				
Por natureza de títulos				
Carteira Própria	68.984	67.537	64.280	62.975
Certificado de Recebíveis Imobiliários	68.984	67.537	64.280	62.975
Fundos Exclusivos	5.912.900	6.027.870	6.892.439	7.297.834
Notas do Tesouro Nacional - B	2.737.139	2.772.824	2.461.418	2.642.691
Notas do Tesouro Nacional - C	1.740.579	1.810.333	1.686.106	1.846.844
Notas do Tesouro Nacional - F	27.405	28.683	88.055	100.116
L T N - Operações Compromissadas	-	-	-	-
LFT - Operações Compromissadas	964.960	964.960	2.262.713	2.262.713
Letras Financeiras	436.591	419.837	387.933	405.836
Debêntures não conversíveis	6.226	31.233	6.214	39.634
Total da Carteira	5.981.884	6.095.407	6.956.719	7.360.809
Por prazo de vencimento				
Até 1 ano	1.005.124	1.004.757	2.262.713	2.262.713
Entre 1 a 5 anos	1.438.077	1.433.917	1.398.713	1.440.603
Entre 5 a 10 anos	2.186.656	2.240.290	2.018.793	2.199.037
Acima de 10 anos	1.352.027	1.416.443	1.276.500	1.458.456
Total da Carteira	5.981.884	6.095.407	6.956.719	7.360.809

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Plano de Benefício Definido	Em 31.12.22		Em 31.12.21	
	Custo	Valor de	Custo	Valor de
	Atualizado	Mercado	Atualizado	Mercado
Títulos mantidos até o vencimento				
Por natureza de títulos				
Fundos Exclusivos				
Notas do Tesouro Nacional - B	4.849.916	5.077.027	3.251.862	3.824.602
Notas do Tesouro Nacional - C	1.312.037	1.361.108	1.271.264	1.388.559
Notas do Tesouro Nacional - F	98.204	99.671	95.851	102.389
Total da Carteira	6.260.157	6.537.806	4.618.977	5.315.550
Por prazo de vencimento				
Entre 1 a 5 anos	135.357	137.044	130.704	138.639
Entre 5 a 10 anos	1.674.529	1.710.402	1.464.000	1.581.011
Acima de 10 anos	4.450.271	4.690.360	3.024.273	3.595.900
Total da Carteira	6.260.157	6.537.806	4.618.977	5.315.550

Plano de Contribuição Definida	Em 31.12.22		Em 31.12.21	
	Custo	Valor de	Custo	Valor de
	Atualizado	Mercado	Atualizado	Mercado
Títulos para negociação				
Por natureza de títulos				
Fundos Exclusivos				
Notas do Tesouro Nacional - B	692.202	607.299	459.364	419.865
Notas do Tesouro Nacional - C	31.244	32.505	30.265	33.161
Notas do Tesouro Nacional - F	59.527	60.271	78.563	81.865
L T N - Operações Compromissadas	-	-	-	-
L T F - Operações Compromissadas	775.685	775.685	725.693	725.693
Letras Financeiras	53.319	52.223	47.322	49.476
Total da Carteira	1.611.977	1.527.983	1.341.207	1.310.060
Por prazo de vencimento				
Até 1 ano	827.791	827.702	725.693	725.693
Entre 1 a 5 anos	85.941	85.910	110.407	114.108
Entre 5 a 10 anos	158.441	157.562	55.888	60.523
Acima de 10 anos	539.804	456.809	449.219	409.736
Total da Carteira	1.611.977	1.527.983	1.341.207	1.310.060

Plano de Gestão Administrativa	Em 31.12.22		Em 31.12.21	
	Custo	Valor de	Custo	Valor de
	Atualizado	Mercado	Atualizado	Mercado
Títulos para negociação				
Por natureza dos títulos				
Fundos Exclusivos				
Notas do Tesouro Nacional - B	21.845	21.788	18.551	20.515
Notas do Tesouro Nacional - F	-	-	17.538	18.326
L T N - Operações Compromissadas	-	-	-	-
L F T - Operações Compromissadas	-	-	-	-
N T N - Operações Compromissadas	64.771	64.771	46.247	46.247
Total da Carteira	86.616	86.559	82.336	85.088
Por prazo de vencimento				
Até 1 ano	64.771	64.771	46.247	46.247
Entre 1 a 5 anos	2.218	2.179	17.399	18.158
Entre 5 a 10 anos	-	-	139	168
A partir de 10 anos	19.627	19.609	18.551	20.515
Total da Carteira	86.616	86.559	82.336	85.088

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

7.3. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

7.3.1. EVOLUÇÃO

IMÓVEIS	2021	Reclassificação	Reavaliação	Baixas	2022	
Uso Próprio	27.970	-	7.030	-	35.000	
Rua Mena Barreto, 143	27.970	-	7.030	-	35.000	D
Locadas a Patrocinadora	10.500	(10.500)	-	-	-	
Rodovia Presidente Dutra, 238	10.500	(10.500)	-	-	-	
Locadas a Terceiros	445.335	10.500	(75.745)	-	380.090	
Rua Real Grandeza, 219 Bloco A	154.049	-	(37.170)	-	116.879	D
Rua Real Grandeza, 219 Bloco B	98.292	-	(11.171)	-	87.121	D
Rua Real Grandeza, 219 Bloco C	192.994	-	(27.894)	-	165.100	D
Rodovia Presidente Dutra, 238	-	10.500	490	-	10.990	B
Total	483.805	-	(68.715)	-	415.090	

IMÓVEIS	2020	Reclassificação	Reavaliação	Baixas	2021	Avaliador
Uso Próprio	32.489	-	(4.519)	-	27.970	
Rua Mena Barreto, 143	32.489	-	(4.519)	-	27.970	B
Locadas a Patrocinadora	9.195	-	1.305	-	10.500	
Rodovia Presidente Dutra, 238	9.195	-	1.305	-	10.500	C
Locadas a Terceiros	438.546	-	8.309	(1.520)	445.335	
Rua Real Grandeza, 219 Bloco A	143.017	-	11.032	-	154.049	B
Rua Real Grandeza, 219 Bloco B	97.456	-	836	-	98.292	B
Rua Real Grandeza, 219 Bloco C	196.453	-	(3.459)	-	192.994	B
Rua Omar T. Castro, L88/90 Q5 - Ap. 201	320	-	-	(320)	-	A
Rua Omar T. Castro, L88/90 Q5 - Ap. 401	330	-	(20)	(310)	-	A
Rua Omar T. Castro, L88/90 Q5 - Ap. 402	330	-	(20)	(310)	-	A
Rua Omar T. Castro, L88/90 Q5 - Ap. 403	320	-	(30)	(290)	-	A
Rua Omar T. Castro, L88/90 Q5 - Ap. 404	320	-	(30)	(290)	-	A
Total	480.230	-	5.095	(1.520)	483.805	

A - Analítica Engenharia de Avaliações Ltda

B - Urbano Métrica Estudos Patrimônios e de Mercado Ltda

C - Senior Consultoria Avaliações e Estudos Técnicos

D - Caprigh Brasil Ltda

7.3.2. REAVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS

A Real Grandeza, neste exercício, procedeu à reavaliação dos imóveis por intermédio de avaliadores independentes atendendo as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os resultados das reavaliações, negativa em 2022 no valor de R\$68.715 mil (positiva no valor de R\$5.095 mil em 2021) foram registradas como variações negativa e positiva respectivamente no mercado imobiliário.

7.4. PROVISÃO PARA PERDAS

Banco Santos

A Real Grandeza mantém provisão, no montante de R\$ 73.277 mil (R\$81.843 mil em 2020), para fazer face à perda nos investimentos realizados em Certificado de Depósito Bancário do Banco Santos S.A., tendo em vista que, após intervenção do Banco Central do Brasil, foi decretada a liquidação extrajudicial em 4 de maio de 2005 e a seguir confirmada sua falência em 20 de setembro de 2005. O valor provisionado está deduzido do realizável do programa de investimentos.

Em 26 de março de 2021, foi recebido R\$ 8.565 mil, referente ao sétimo rateio dos créditos recuperados da massa falida do Banco Santos S.A., totalizando até momento R\$104.613 mil, o que representa uma recuperação de 25,74% em termos reais, atualizado pelo CDI, sobre o valor do crédito apurado pela massa falida em 20 de setembro de 2005, que foi de R\$164.575mil.

No exercício de 2022 não houve rateio de recursos recuperados.

<u>Data</u>	<u>Valor Recebido</u>
02/07/2010	16.458
05/01/2011	29.623
14/01/2013	10.630
21/12/2016	10.247
02/08/2019	21.476
14/05/2020	7.614
26/03/2021	8.565
Total	<u>104.613</u>

Ulbra Recebíveis

Existe ainda provisão no valor de R\$231 mil referente a uma parcela de juros não recebida da Ulbra Recebíveis S.A., que está registrada na carteira própria. O principal referente a essa aplicação no montante de R\$23.496mil também está provisionado como perda no fundo de investimento do Plano BD.

A Real Grandeza e outros debenturistas contrataram o escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados para que procedesse às medidas judiciais cabíveis para cobrança dos valores devidos.

A ação de Execução de Título Extrajudicial foi ajuizada pela Planner, Agente Fiduciário, em face da Ulbra, em decorrência de descumprimento das obrigações assumidas na escritura de emissão de debêntures.

Em razão do elevado passivo e do grau de inadimplemento de suas obrigações, o que poderia acarretar requerimento de falência por um de seus credores, foi deferido o processamento de um Plano de Recuperação Judicial para a AELBRA/Ulbra.

Cabe destacar que foi homologado o Plano de Recuperação Judicial, em dezembro de 2021, aprovado em assembleia geral de credores. A empresa Recuperanda deverá efetuar os pagamentos previstos no Plano diretamente aos credores.

Empréstimos a Participantes

Foi constituída a provisão no valor de R\$58.857 mil (R\$50.395 mil em 2021) para fazer face às possíveis perdas com os empréstimos, assim segregados:

	Plano BD		Plano CD	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	2022	2021	2022	2021
Empréstimo Pessoal	16.740	16.520	18.991	15.737
Regulamento III- IV- V	202	181	-	-
Regulamento V_A	112	99	135	119
Regulamento VI	630	599	19	19
Regulamento VI_A	9.848	10.291	1.486	1.268
Regulamento VII - VII_A	5.948	5.350	17.351	14.331
Refinanciamento de Dívida	6.747	4.503	1.742	682
Empréstimo Simples	12.015	10.761	995	964
Empréstimo Pré - Fixado	199	291	869	516
Empréstimo Pós- Fixado	135	-	424	421
Total	35.836	32.075	23.021	18.320

8. GESTÃO ASSISTENCIAL - ATIVO

Apresentamos a seguir a composição do ativo da gestão assistencial de acordo com a planificação da ANS.

ATIVO	31.12.22	31.12.21
ATIVO CIRCULANTE	271.168	262.084
Disponível	722	2.383
Realizável	270.446	259.701
Aplicações	244.364	231.886
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	80.592	99.722
Aplicações Livres	163.772	132.164
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	22.354	23.440
Contraprestações Pecuniárias a Receber	18.426	17.315
Participação de Beneficiários em Eventos indenizáveis	3.785	5.960
Outros Créditos de Op. com Planos de Assistência Médica	143	165
Créditos Tributários e Previdenciários	995	975
Bens e Títulos a Receber	2.733	3.400
ATIVO NÃO CIRCULANTE	34.816	27.973
Realizável a Longo Prazo	28.102	27.973
Depósitos Judiciais e Fiscais	28.102	27.973
Investimentos	6.714	-
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial	6.714	-
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência à Saúde	6.714	-
TOTAL DO ATIVO	305.984	290.057

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

9.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Consiste em registrar os benefícios a pagar assumidos pelos planos de benefícios, bem como as provisões para garantia mínima e tributos retidos.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
Benefícios a pagar	29.423	28.963
Retenções a Recolher	28.389	25.246
Recursos Antecipados	-	6
Outras exigibilidades	1.053	151
Total	58.865	54.366

9.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os compromissos relacionados à atividade administrativa da Entidade, com fornecedores, provisões para 13º salários e férias dos empregados, inclusive os encargos.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
Contas a pagar	19.756	13.664
Retenções a Recolher	1.711	1.740
Receitas Antecipadas	-	-
Tributos a Recolher	656	316
Outras exigibilidades	5	-
Total	22.128	15.720

9.3. INVESTIMENTOS

Registra os compromissos dos Investimentos, inclusive os valores referentes à concessão de empréstimos solicitados pelos participantes e não creditados.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
Ativos Financeiros Créditos Privados	1	49
Investimentos Imobiliários	335	249
Operações com Participantes	94	13
Retenção de Tributos	41	43
Total	471	354

10. CONTINGENCIAL**10.1 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - GESTÃO PREVIDENCIAL**

A provisão constituída no programa previdencial, baseado no parecer da assessoria jurídica, no montante de R\$64.774 mil (R\$52.901 mil em 2021), refere-se a diversas ações ajuizadas por assistidos postulando:

- Diferença de complementação de aposentadoria em razão de aumentos reais, concedidos pela Lei nº 9.032/95 e MP nº 1.415/96, nos meses de maio de 1995 e maio de 1996;
- Inaplicabilidade do redutor na complementação de aposentadoria imposto para concessão do SB-40;
- Inaplicabilidade do limitador imposto, anteriormente a maio de 2000, pelo Art. 82.2 do Regulamento nº 001.C, com redação conferida pelo plano especial, instituído em 1995; e
- Diferenças salariais e revisões de benefícios diversos.

10.2 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

A provisão constituída é referente:

- PIS/COFINS – com base no Mandado de Segurança nº 2006.51.01.018633-5 onde se objetiva o reconhecimento do direito da entidade de não se sujeitar ao recolhimento das referidas contribuições relativo ao período de outubro de 2006 a dezembro de 2014;
- Trabalhistas - ação movida contra a Entidade relativo a contrato prestação de serviço terceirizados e ex-empregados, onde os reclamantes solicitam o reconhecimento de vínculo trabalhista, unicidade contratual e verbas rescisórias;

	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
PIS	2.996	2.996
COFINS	18.432	18.432
Trabalhista	124	226
	<u>21.552</u>	<u>21.654</u>

10.3 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - INVESTIMENTOS

A provisão relativa aos investimentos está relacionada a 2 autos de infração emitidos pela Receita Federal e a 7 processos de revisão de cláusulas de regulamento de empréstimo.

Os autos de infração tiveram desfecho parcialmente favorável em 2020 no CARF– Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, mas foi necessário o recolhimento via depósito judicial do montante de R\$ 343 mil, para PIS e R\$1.447 mil para o COFINS, objetivando a manutenção processo na esfera judicial.

- Pelo não recolhimento do PIS (Contribuição para Programa de Integração Social) sobre os rendimentos do mercado imobiliário no período de janeiro de 1997 a maio de 2002;
- Pelo não recolhimento da COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre os rendimentos do mercado imobiliário no período de fevereiro de 1999 a maio de 2002;

A provisão sobre o empréstimo é composta de 7 processos, os quais postulam em síntese, a revisão da cláusula do contrato de empréstimo que autorizava o desconto do saldo devedor no seguro de vida.

	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
PIS	343	343
COFINS	1.447	1.447
Revisão de Cláusula de Empréstimo	288	425
	<u>2.078</u>	<u>2.215</u>

10.4 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS – GESTÃO PREVIDENCIAL

Com base em parecer da assessoria jurídica e observando a classificação de risco, dentre as ações ajuizadas pelos assistidos, postulando aumento real, diferenças salariais e revisões de benefícios, existe um conjunto de ações que na data do balanço era menos provável a saída de recursos para quitação das obrigações, sendo assim classificadas com chance de perda possível. A estimativa para estas ações monta em R\$ 68.591 mil (R\$ 87.370 mil em 2021).

10.5 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de ação de obrigação de fazer cumulada com a condenação de danos materiais e à imagem, ajuizada pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. – Sicoob Cecremef no valor de R\$ 27.255 mil, (R\$ 23.344 mil em 2021) onde questiona a não prioridade no recebimento de seus créditos, consignados na folha de pagamento da FRG, com base no artigo 113, da Lei Federal nº 5.764/1971.

11. PATRIMÔNIO SOCIAL**11.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS**

As provisões matemáticas estão registradas de acordo com o Pareceres Atuariais da Willis Towers Watson.

Plano de Benefício Definido	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
Benefícios concedidos	15.661.207	15.464.963
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	15.661.207	15.464.963
Valor atual dos benefícios futuros programados- assistidos	14.318.372	14.165.846
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	1.342.835	1.299.117
Benefícios a conceder	1.222.325	1.221.106
Benefício definido estrut. em regime de capitaliz. programado	1.166.952	1.157.400
Valor atual dos benefícios futuros programados	1.260.356	1.264.706
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(46.702)	(53.653)
Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(46.702)	(53.653)
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. não programado	55.373	63.706
Valor atual dos benefícios futuros não programados	61.661	71.916
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(3.144)	(4.105)
Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(3.144)	(4.105)
Total	16.883.532	16.686.069

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Plano de Contribuição Definida	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
Benefícios concedidos	349.024	352.969
Contribuição definida - saldo de contas	137.221	139.228
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	211.803	213.741
Valor atual dos benefícios futuros programados- assistidos	172.855	174.362
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	38.948	39.379
Benefícios a conceder	1.790.718	1.568.067
Contribuição definida	1.759.119	1.536.449
Saldo de contas - parcela patrocinadores	774.106	675.726
Saldo de contas - parcela participantes	985.013	860.723
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. programado	4	2
Valor atual dos benefícios futuros programados	4	2
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. não programado	31.595	31.616
Valor atual dos benefícios futuros não programados	43.180	45.193
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(11.585)	(13.577)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(2.215)	(4.006)
(-) Deficit Equacionado	(12.672)	(22.830)
(-) Patrocinadores	-	(11.327)
(-) Participantes	(12.348)	(11.208)
(-) Assistidos	(324)	(295)
(-) Por Ajuste das Contribuições Extraordinárias	10.457	18.824
(-) Patrocinadores	-	9.332
(-) Participantes	10.352	9.396
(-) Assistidos	105	96
Total	2.137.527	1.917.030

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Plano FRGPrev	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
Benefícios a conceder	739	-
Contribuição definida	739	-
Saldo de contas - parcela participantes	739	-
Total	739	-

Na tabela abaixo apresentamos os principais impactos que afetaram as provisões matemáticas.

Plano de Benefício Definido

	Ativos	Assitidos	Total
Saldo da Provisão Matemática em dez/2021	1.221.106	15.464.963	16.686.069
Recorrência para 31.12.2022	163.803	368.967	532.770
Base de Dados 2022	(119.829)	(8.122)	(127.951)
Alteração da Composição Familiar	(23.247)	-	(23.247)
Alteração Taxa Real de Juros	(19.508)	(164.601)	(184.109)
Saldo da Provisão Matemática em dez/2022	1.222.325	15.661.207	16.883.532

Plano de Contribuição Definida

	Ativos	Assitidos	Total
Saldo da Provisão Matemática em dez/2021	31.618	213.741	245.359
Recorrência para 31.12.2021	3.941	8.266	12.207
Base de Dados 2021	(2.518)	11.226	8.708
Alteração da Taxa Real de Juros	(1.442)	(21.430)	(22.872)
Saldo da Provisão Matemática em dez/2022	31.599	211.803	243.402

Ativos

Parcela Benef. definido estrut. em reg. de capitaliz. não programado

Assitidos

Parcela Benefício definido estruturado em regime de capitalização

11.2 HIPÓTESES ATUARIAIS

A tabela abaixo apresenta, em síntese, as principais hipóteses utilizadas na avaliação atuarial dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida.

Hipóteses atuariais	Benefício Definido	Contribuição Definida
Taxa real anual de juros	4,86%	4,89%
Projeção de crescimento real:		
De salário		
Furnas	2,00%	2,00%
Eletronuclear	1,00%	-
Real Grandeza	-	2,00%
Do maior salário de benefício do INSS	0%	0%
Dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real:		
Dos salários	100,00%	98,00%
Dos benefícios da Fundação	100,00%	98,00%
Dos benefícios do INSS	100,00%	-
Rotatividade de pessoal	0%	Experiência FRG CD 2016 - 2020
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Basic (segregada por sexo)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT – 1949 (segregada por sexo)	RP – 2000 Disabled (segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas (suavizada em 50%)	Álvaro Vindas (suavizada em 50%)
Hipótese familiar dos participantes	84% casados com homem 6 anos mais velho	80% casados
Hipótese familiar dos assistidos	Família Informada	Família Informada
Hipótese de aposentadoria:		
Entrada em Aposentadoria Normal	-	100%
A partir dos 55 anos	25%	-
A partir de 62, se mulher, e a partir de 65, se homem.	100%	-

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.3 FUNDOS

Os fundos são recursos econômico-financeiros com destinação específica, voltados para suprir as necessidades das atividades desenvolvidas pela Real Grandeza:

- Fundo administrativo – tem o objetivo de garantir os recursos futuros para suprir os gastos com a estrutura administrativa.
- Fundo Compartilhado – tem por objetivo permitir o fomento de novos planos previdenciais e subsidiar parcialmente as despesas administrativas do plano no início de sua operação. Foi formado com recursos transferidos do Fundo Administrativo dos Planos BD e CD respectivamente no montante de R\$1.050 mil e R\$117 mil.

Fundo Administrativo	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
Plano BD	74.090	66.811
Plano CD	20.457	20.382
Fundo Compartilhado (Fomento)	1.038	1.167
Total	95.585	88.360

- Fundo dos investimentos – destina-se à cobertura de inadimplências, depois de esgotadas todas as possibilidades de cobrança e a quitação do empréstimo na eventualidade de falecimento do participante.

Plano BD	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
Saldo Inicial do Exercício	134.794	131.170
Contribuições para Fundo	4.386	4.951
Utilizações por falecimento	(5.746)	(4.854)
Utilizações por quitação de dívidas	(642)	(264)
Fluxo de Investimento	12.628	3.791
Saldo Final do Exercício	145.420	134.794

Plano CD	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
Saldo Inicial do Exercício	6.471	6.510
Contribuições para Fundo	464	576
Utilizações por falecimento	(207)	(241)
Utilizações por quitação de dívidas	(167)	-
Fluxo de Investimento	541	(374)
Saldo Final do Exercício	7.102	6.471
Total - Plano BD e CD	152.522	141.265

12. GESTÃO ASSISTENCIAL – PASSIVO

Apresentamos a seguir a composição do passivo da gestão assistencial de acordo com a planificação da ANS.

PASSIVO	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
PASSIVO CIRCULANTE	120.593	62.083
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	64.555	44.078
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	829	971
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores Serv.	30.024	17.632
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	33.702	25.475
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	37.510	6.143
Contraprestações a Restituir	7.210	1.245
Receita Antecipada de Contraprestações	26.537	329
Operadoras de Planos de Assistência a Saúde	3.302	4.278
Outros Débitos de Oper. com Planos de Assistência à Saúde	461	291
Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Pl. Saúde da Operadora	133	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	1.099	1.180
Débitos Diversos	17.296	10.682
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	26.774	26.769
Provisões para Ações Judiciais	26.774	26.769
PATRIMÔNIO SOCIAL	158.617	201.205
Patrimônio Social	158.617	201.205
TOTAL DO PASSIVO	305.984	290.057

13. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

13.1 BASE DE APURAÇÃO

Tendo como base o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa que estabeleceu o limite de 1% dos Recursos Garantidores para realização das despesas administrativas e o orçamento, ambos aprovados pelo Conselho Deliberativo, a Real Grandeza, apura gerencialmente o seu custo administrativo segregando-o entre as atividades previdencial (BD e CD), assistencial e de investimentos. Para este fim, foi realizado um estudo para determinar, em cada setor, o percentual para alocação das despesas administrativas em cada uma dessas atividades. As despesas com serviços de terceiros, quando diretamente vinculadas a uma atividade específica, são apropriadas a esta; quando não vinculadas diretamente a uma atividade, são rateadas entre as várias atividades utilizando-se a mesma base de rateio apurada para o setor responsável pelo contrato. Após a alocação por atividade, as despesas administrativas referentes à atividade de investimentos são transferidas aos Planos de Benefícios (BD, CD e Assistencial) com base no volume de recursos aplicados.

As despesas administrativas do Plano de Benefício Definido são custeadas pelas patrocinadoras desde a sua instituição, e as do Plano de Contribuição Definida pela contribuição complementar. As despesas administrativas assistenciais depois de apuradas são reembolsadas ao Plano de Gestão Administrativa pela gestão assistencial.

As despesas administrativas relativas ao fomento do novo plano de benefício previdenciário-Multiprev são alocadas de forma específica no Fundo Compartilhado.

13.2 ALOCAÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Apresentamos a seguir a alocação das despesas administrativas por plano de benefícios.

Em 31.12.22				
Despesas administrativas	PREVIDENCIAL		ASSISTENCIAL	TOTAL
	BD	CD		
Pessoal e encargos	(25.402)	(6.062)	(31.641)	(63.105)
Treinamentos/congressos	(167)	(37)	(172)	(376)
Viagens e estadias	(26)	(5)	(39)	(70)
Serviços de terceiros	(9.832)	(1.966)	(16.482)	(28.280)
Despesas gerais	(2.481)	(609)	(3.120)	(6.210)
Depreciação e amortização	(196)	(47)	(241)	(484)
Tributos	(3.574)	(562)	(3.017)	(7.153)
Total	(41.678)	(9.288)	(54.712)	(105.678)

Em 31.12.21				
Despesas administrativas	PREVIDENCIAL		ASSISTENCIAL	TOTAL
	BD	CD		
Pessoal e encargos	(26.006)	(5.828)	(27.928)	(59.762)
Treinamentos/congressos	(168)	(38)	(182)	(388)
Viagens e estadias	(1)	-	(1)	(2)
Serviços de terceiros	(7.750)	(1.789)	(17.416)	(26.955)
Despesas gerais	(1.992)	(426)	(2.265)	(4.683)
Depreciação e amortização	(207)	(44)	(214)	(465)
Tributos	(3.082)	(405)	(4.427)	(7.914)
Outras Despesas	-	-	(256)	(256)
Total	(39.206)	(8.530)	(52.689)	(100.425)

Despesas administrativas alocadas ao Fundo Compartilhado.

	Em 31.12.22	Em 31.12.21
Despesas administrativas		
Serviços de Terceiros	(131)	(26)
Despesas Gerais	(88)	-
Tributos S/Rentabilidade Fundo Fomento	(5)	(1)
Total	(224)	(27)

13.3 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração, paga em reais aos empregados tendo como base dezembro de 2022, foram R\$38.119 e R\$3.005 (R\$38.119 e R\$3.005 em 2021), respectivamente. Esses valores incluem salário, adicional por tempo de serviço e gratificação de função conforme política salarial da entidade.

Apresentamos abaixo o custo com a remuneração da administração, composta pelos Conselhos, Deliberativo e Fiscal, Diretoria Executiva, Comitês e do quadro de Pessoal Próprio.

O custo de cessão representa os valores reembolsados às patrocinadoras pelos empregados cedidos que exercem cargos na diretoria executiva

	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
Conselhos Deliberativo / Fiscal e Comitês	1.275	1.278
Honorários	1.041	1.043
Encargos	234	235
Diretoria Executiva	3.341	3.572
Honorários	2.411	2.620
Custo de Cessão	398	345
Encargos	532	607
Pessoal Próprio	58.267	54.895
Remuneração	33.156	30.822
Encargos	25.111	24.073
Pessoal Temporária	222	217
Remuneração	181	177
Encargos	41	40
Total	63.105	59.962

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

14. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DAS CONSOLIDAÇÕES

Na consolidação dos balancetes de 2022 estão desconsiderados os seguintes lançamentos:

	Plano BD	Plano CD	FRGPrev	Ajuste
Participação dos Planos no PGA	74.091	20.456	-	94.547
Valores a Repassar ao PGA pelos Planos	8.748	1.528	-	10.276
Valores a Repassar entre os Planos	27	256	1	284
Taxa de Administração Empréstimo	40	8	-	48
Total	82.906	22.248	1	105.155

CONSOLIDAÇÃO DOS BALANCETES

Em 31.12.22

	Plano BD	Plano CD	FRGPrev	PGA	Ajustes		Consolidado
					Débito	Crédito	
Disponível	127	68	31	38	-	-	264
Realizável	15.925.790	2.118.847	708	137.435	-	105.155	18.077.625
Gestão Previdencial	94.970	28.360	1	-	-	284	123.047
Gestão Administrativa	74.091	20.457	-	42.627	-	104.871	32.304
Investimentos	15.756.729	2.070.030	707	94.808	-	-	17.922.274
Permanente	-	-	-	1.820	-	-	1.820
Gestão Assistencial	-	-	-	-	305.984	-	305.984
Total do Ativo	15.925.917	2.118.915	739	139.293	305.984	105.155	18.385.693
Exigível Operacional	67.775	2.141	-	22.156	10.608	-	81.464
Gestão Previdencial	67.289	2.108	-	-	10.532	-	58.865
Gestão Administrativa	-	-	-	22.156	28	-	22.128
Investimentos	486	33	-	-	48	-	471
Exigível Contingencial	66.852	-	-	21.552	-	-	88.404
Gestão Previdencial	64.774	-	-	-	-	-	64.774
Gestão Administrativa	-	-	-	21.552	-	-	21.552
Investimentos	2.078	-	-	-	-	-	2.078
Patrimônio Social	15.791.290	2.116.774	739	95.585	94.547	-	17.909.841
Patrimônio de Cobertura	15.571.779	2.089.216	739	-	-	-	17.661.734
Fundos	219.511	27.558	-	95.585	94.547	-	248.107
Previdenciais	-	-	-	-	-	-	-
Administrativos	74.091	20.456	-	94.547	94.547	-	94.547
Admin. Compartilhado	-	-	-	1.038	-	-	1.038
Investimentos	145.420	7.102	-	-	-	-	152.522
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	305.984	305.984
Total do Passivo	15.925.917	2.118.915	739	139.293	105.155	305.984	18.385.693

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na consolidação dos balancetes de 2021 estão desconsiderados os seguintes lançamentos:

	Plano BD	Plano CD	Ajuste
Participação dos Planos no PGA	66.811	20.382	87.193
Valores a Repassar ao PGA pelos Planos	5.458	810	6.268
Valores a Repassar entre os Planos BD e CD	-	17	17
Taxa de Administração Empréstimo	47	11	58
Aluguel do Imóvel de Uso Próprio	124	-	124
Total	72.440	21.220	93.660

CONSOLIDAÇÃO DOS BALANCETES

Em 31.12.21

	Plano BD	Plano CD	PGA	Ajustes de Consolidação		Saldo
				Débito	Crédito	Consolidado
Disponível	103	68	550	-	-	721
Realizável	15.761.933	1.889.486	123.056	-	93.660	17.680.815
Gestão Previdencial	96.121	13.796	-	-	17	109.900
Gestão Administrativa	66.811	20.382	34.613	-	93.519	28.287
Investimentos	15.599.001	1.855.308	88.443	-	124	17.542.628
Permanente	-	-	2.253	-	-	2.253
Gestão Assistencial	-	-	-	290.057	-	290.057
Total do Ativo	15.762.036	1.889.554	125.859	290.057	93.660	17.973.846
Exigível Operacional	59.495	1.567	15.845	6.467	-	70.440
Gestão Previdencial	59.103	1.547	-	6.284	-	54.366
Gestão Administrativa	-	-	15.845	125	-	15.720
Investimentos	392	20	-	58	-	354
Exigível Contingencial	55.116	-	21.654	-	-	76.770
Gestão Previdencial	52.901	-	-	-	-	52.901
Gestão Administrativa	-	-	21.654	-	-	21.654
Investimentos	2.215	-	-	-	-	2.215
Patrimônio Social	15.647.425	1.887.987	88.360	87.193	-	17.536.579
Patrimônio de Cobertura	15.445.820	1.861.134	-	-	-	17.306.954
Fundos	201.605	26.853	88.360	87.193	-	229.625
Previdenciais	-	-	-	-	-	-
Administrativos	66.811	20.382	87.193	87.193	-	87.193
Admin. Compartilhado	-	-	1.167	-	-	1.167
Investimentos	134.794	6.471	-	-	-	141.265
Gestão Assistencial	-	-	-	-	290.057	290.057
Total do Passivo	15.762.036	1.889.554	125.859	93.660	290.057	17.973.846

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

15. EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Demonstramos a seguir a relação dos títulos, classificados como mantidos até o Vencimento, ajustados pela Taxa Real de Juros e que serviram de base para o ajuste do Equilíbrio Técnico do Plano BD.

Não há ajuste no Equilíbrio Técnico no Plano CD, pois o mesmo não possui títulos em sua carteira classificados como "Até o Vencimento".

Exercício 2022

Natureza do Título	Quantidade	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
NTN-B	9223	15/08/2024	37.153	38.296	1.143
NTN-B	7684	15/05/2035	31.286	34.120	2.834
NTN-B	9486	15/05/2035	38.850	42.122	3.272
NTN-B	10000	15/05/2035	38.960	44.404	5.444
NTN-B	9486	15/05/2035	38.981	42.122	3.141
NTN-B	9486	15/05/2035	39.064	42.122	3.058
NTN-B	9486	15/05/2035	39.178	42.122	2.944
NTN-B	52500	15/05/2045	197.717	243.439	45.722
NTN-B	189497	15/05/2045	678.076	878.686	200.610
NTN-B	9486	15/05/2035	39.310	42.122	2.812
NTN-B	9486	15/05/2035	39.377	42.122	2.745
NTN-B	10000	15/05/2035	39.800	44.404	4.604
NTN-B	10000	15/05/2035	40.141	44.404	4.263
NTN-B	18972	15/05/2035	78.671	84.243	5.572
NTN-B	23988	15/05/2035	90.677	106.515	15.838
NTN-B	68914	15/05/2035	254.181	306.003	51.822
NTN-B	74443	15/05/2035	260.607	330.554	69.947
NTN-B	159571	15/05/2035	544.085	708.554	164.469
NTN-B	9500	15/08/2030	39.988	41.491	1.503
NTN-B	9500	15/08/2030	40.542	41.491	949
NTN-B	9500	15/08/2030	40.904	41.491	587
NTN-B	9500	15/08/2030	41.152	41.491	339
NTN-B	8917	15/08/2040	36.817	41.132	4.315
NTN-B	9486	15/08/2040	39.705	43.757	4.052
NTN-B	9486	15/08/2040	39.723	43.757	4.034
NTN-B	9486	15/08/2040	39.841	43.757	3.916
NTN-B	9486	15/08/2040	39.922	43.757	3.835
NTN-B	9486	15/08/2040	39.963	43.757	3.794
NTN-B	9486	15/08/2040	40.025	43.757	3.732
NTN-B	9486	15/08/2040	40.082	43.757	3.675
NTN-B	9486	15/08/2040	40.229	43.757	3.528
NTN-B	10000	15/08/2040	40.393	46.127	5.734
NTN-B	9486	15/08/2040	40.396	43.756	3.360
NTN-B	10000	15/08/2040	40.565	46.127	5.562
NTN-B	116991	15/05/2055	424.266	556.850	132.584
NTN-B	9500	15/08/2028	39.672	40.861	1.189
NTN-B	9500	15/08/2028	39.724	40.861	1.137
NTN-B	9500	15/08/2028	39.861	40.861	1.000
NTN-B	10000	15/08/2028	40.308	43.011	2.703
NTN-B	9500	15/08/2028	40.481	40.861	380
NTN-C	150159	01/01/2031	1.312.037	1.433.015	120.978
Total			5.102.710	6.005.836	903.126

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Exercício 2021

Natureza do Título	Quantidade	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
NTN-B	9.223	15/08/2024	34.854	36.653	1.799
NTN-B	9.500	15/08/2028	37.769	39.171	1.402
NTN-B	9.500	15/08/2028	38.511	39.171	660
NTN-B	9.500	15/08/2030	38.499	39.802	1.303
NTN-B	9.500	15/08/2030	38.819	39.802	983
NTN-B	9.500	15/08/2030	39.138	39.802	664
NTN-B	68.914	15/05/2035	239.200	294.053	54.853
NTN-B	74.443	15/05/2035	244.613	317.644	73.031
NTN-B	159.571	15/05/2035	510.047	680.881	170.834
NTN-B	9.500	15/08/2040	40.836	42.159	1.323
NTN-B	9.500	15/08/2040	40.904	42.159	1.255
NTN-B	9.500	15/08/2040	40.678	42.159	1.481
NTN-B	9.500	15/08/2040	39.583	42.159	2.576
NTN-B	7.000	15/08/2040	28.610	30.998	2.388
NTN-B	52.500	15/05/2045	186.662	234.506	47.844
NTN-B	189.497	15/05/2045	639.554	846.439	206.885
NTN-B	45.989	15/05/2055	156.914	211.227	54.313
NTN-C	150.159	01/01/2031	1.271.265	1.409.535	138.270
Total			3.666.456	4.428.320	761.864

16. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

16.1. FISCALIZAÇÃO DA SPC

A Real Grandeza, em agosto de 2007, recebeu o Relatório de Fiscalização nº06/2007/ESRJ, apontando a não paridade contributiva para as despesas administrativas.

No entanto, conforme Ofício nº 176/ERRJ/Previc o cumprimento deste item será objeto de acompanhamento por parte do órgão fiscalizador em uma próxima ação fiscal ou avaliado em processo apartado, devido à necessidade de se aguardar decisão definitiva na ação judicial movida pela Associação dos Aposentados de Furnas (Após-Furnas), a qual questiona a paridade contributiva nas despesas administrativas.

A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias, encontrando-se atualmente no STJ com recurso pendente de julgamento.

16.2. RESULTADO DO PLANO BD

O Déficit Técnico Acumulado de R\$ 1.311.753 mil, aumentou em relação ao exercício de 2021 (R\$ 1.240.249 mil), e o aumento foi ocasionado basicamente em virtude da rentabilidade dos investimentos (9,34%) ter sido inferior à meta atuarial (10,95%),

O Déficit Técnico Acumulado no exercício é inferior ao Limite de Déficit calculado conforme Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018, portanto, não há obrigatoriedade de equacionamento do déficit apurado.

16.3. RESULTADO DO PLANO CD

O Déficit Técnico Acumulado de R\$ 48.311 mil, reduziu em relação ao exercício de 2021 (R\$ 55.896 mil), principalmente em virtude da alteração da taxa real de juros 3,94% a.a. para 4,89% a.a., apesar da rentabilidade (8,09%) ter ficado inferior à meta atuarial (9,15%).

O Déficit Técnico Acumulado no exercício é superior ao Limite de Déficit calculado conforme Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018, portanto, é necessário a elaboração de um plano para equacionamento de R\$ 34,6 milhões pelo prazo máximo de 14,5 anos.

16.4 TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Com base em estudo atuarial, no qual é avaliada a taxa de retorno de longo prazo da carteira de cada plano de benefício, concluiu-se pela necessidade de alteração das atuais taxas de juros, de 4,74%a.a. para 4,86%a.a.no plano BD e de 3,94%a.a. para 4,89%a.a no plano CD.

16.5 MANDADO DE SEGURANÇA PIS / COFINS

A Real Grandeza, em junho de 2006, impetrou Mandado de Segurança objetivando o reconhecimento do seu direito de não se sujeitar ao recolhimento do PIS e da COFINS, nos moldes estipulados pelo artigo 3º da Lei nº 9.718/98, obtendo sentença e acórdão em sentido favorável.

Com o entendimento jurídico, à época, amplamente favorável e com base em parecer dos patronos da ação, a Real Grandeza reverteu às provisões contábeis referentes ao PIS e COFINS em setembro de 2009.

No entanto, em 17/01/2017 foi publicado acórdão da 4ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região, alterando totalmente o resultado da ação, e agora firmando posição em sentido desfavorável à Entidade, imputando-lhe sujeição passiva quanto às contribuições em comento.

Diante disso, os patronos da ação recomendaram a realização da provisão e do depósito judicial dos valores das contribuições do PIS/COFINS apuradas nas competências de março de 2007 a dezembro de 2014, e sob o aspecto jurídico e processual a ação em questão continua em trâmite no poder judiciário, sendo certo que ainda será apreciado pelo Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário interposto.

Tendo em vista que estes valores fariam parte das despesas administrativas caso fossem recolhidos ou provisionados nas devidas competências, a Real Grandeza buscou estabelecer tratativas com Furnas e Eletronuclear visando o reembolso destes valores.

Existia ainda outra tratativa de revisão dos convênios pleiteando a reposição dos valores recolhidos de PIS/COFINS a partir da celebração dos referidos convênios, sendo com Furnas a partir de maio de 2015 e com a Eletronuclear a partir de janeiro de 2016.

No entanto, não houve conclusão das tratativas e a entidade ajuizou a questão buscando assim o seu direito ao ressarcimento.

As ações estão em momentos distintos:

ELETRONUCLEAR

Em novembro/2020, a ação movida pela Real Grandeza em face da Eletronuclear foi julgada improcedente em primeira instância.

A Real Grandeza apresentou recurso de apelação contra a sentença e esta foi, em outubro/2021, parcialmente reformada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), onde a patrocinadora foi condenada a pagar um valor, o qual a Entidade não concordou.

Tanto a Real Grandeza quanto à Eletronuclear recorreram da decisão proferida pelo TJRJ, interpondo Recurso Especial (REsp) para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), sendo que ambos os recursos não foram admitidos pela 3ª Vice-Presidência do TJRJ.

A Eletronuclear recorreu da decisão que rejeitou seu REsp, tendo seu recurso sido remetido para o STJ, em agosto/2022.

Desde novembro/2022, o recurso interposto pela Eletronuclear aguarda julgamento na 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça.

FURNAS

Em janeiro/2020, a ação movida pela Real Grandeza em face de Furnas foi julgada improcedente em primeira instância.

A Real Grandeza apresentou recurso de apelação contra a sentença e esta foi, em fevereiro/2022, anulada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), que determinou o retorno dos autos para a vara de origem para produção da prova pericial requerida pela Entidade.

Furnas recorreu da decisão proferida pelo TJRJ, interpondo Recurso Especial (REsp) para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No momento, aguarda-se a abertura de prazo para a Real Grandeza se manifestar sobre o REsp interposto por Furnas,

Informamos abaixo os valores relativos à administração previdencial BD e a gestão assistencial.

	Número do processo	Administrativo Previdencial BD	Gestão Assistencial	Valor Cobrado
Furnas	0286385-32.2018.8.19.0001	17.071	31.746	48.817
Eletronuclear	0286386-17.2018.8.19.0001	2.069	3.689	5.758

16.6 AÇÕES JUDICIAIS DE REFLEXO

Estão ajuizadas, por diversos assistidos da Fundação, ações judiciais contra a patrocinadora Furnas e/ou a Real Grandeza, já cientificadas pela Real Grandeza à patrocinadora Furnas, cujos desfechos geram reflexos nas complementações de suas aposentadorias. A responsabilidade da Real Grandeza e de Furnas é delimitada em função das determinações constantes das respectivas decisões judiciais.

Relativamente às condenações que majoram o benefício complementar, há possibilidade jurídica de a Real Grandeza discutir em regresso a responsabilidade da referida patrocinadora pelos impactos das reservas decorrentes de tais condenações, caso não tenha havido a condenação da patrocinadora nesse sentido.

A Real Grandeza após uma análise das referidas ações, acionou juridicamente Furnas objetivando o ressarcimento de R\$86.971 mil, referentes as diferenças de reservas matemáticas e passivo financeiro.

17. Eventos Subsequentes –

17.1 Plano Futurus

O Plano Futurus elaborado para atender a solicitação da patrocinadora Furnas, foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) através da Portaria 109, de 02 de fevereiro de 2023. O novo plano possui características de “CD puro”, ou seja, sem o componente de risco, de forma que o benefício concedido seja vinculado ao saldo acumulado em sua conta individual.

DIRETORIA EXECUTIVA

SERGIO WILSON FERRAZ FONTES

Diretor Presidente
CPF: 470.393.377-20

RICARDO ANDRE MARQUES

Diretor de Administração e Finanças
CPF: 413.551.801-04

PATRÍCIA MELO E SOUZA

Diretora de Seguridade
CPF: 071.003.847-02

PATRÍCIA CORRÊA DE QUEIROZ

Diretora de Investimentos
CPF: 012.853.887-20

HENRIQUE PIMENTEL TRIGUEIRO

Diretor - Ouvidor
CPF: 182.272.607-72

CONTADOR RESPONSÁVEL

MARCOS AURÉLIO NAVES MARTINS

Contador – CRC 75077-O/6-RJ
CPF: 617.721.007-49